

Para além do golpe, o que há na delação de Mauro Cid

Tenente-coronel falou também dos casos das joias e da vacina

Por Karoline Cavalcante

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, resolveu fatar os casos que pesam contra o ex-presidente Jair Bolsonaro em mais de uma denúncia, para não misturar os temas. Além da acusação de ter comandado um grupo que tramou um golpe de Estado, Bolsonaro também está implicado por supostamente ter falsificado certificado de vacina contra a covid-19 e por ter vendido joias e outros bens que recebeu de outros países como chefe de Estado.

Os detalhes sobre a acusação do golpe, estão detalhados na denúncia de Gonet. Mas a delação feita pelo ex-ajudante de Ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, detalha também as outras duas acusações. O sigilo da delação de Mauro Cid foi levantado nesta quarta-feira (19) pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. O Correio da Manhã debruçou-se sobre as 582 páginas do documento que contém a delação de Mauro Cid. E traz os detalhes sobre o que ele falou sobre os demais casos.

Vacina

Na colaboração, Cid detalhou que, inicialmente, havia solicitado um cartão de vacinação falsificado para sua própria família. Contudo, ao tomar conhecimento do plano, o então presidente Jair Bolsonaro ordenou que cartões falsificados também fossem feitos para ele e para sua filha, Laura Bolsonaro. A inserção dos dados no sistema Conecte SUS, plataforma oficial do Ministério da Saúde, foi realizada com a ajuda de terceiros, como o capitão reforma-



Lula Marques/Agência Brasil

Documento da delação de Cid tem mais de 500 páginas

do Ailton Barros. O depoente afirmou que, após a finalização do processo, imprimiu e entregou pessoalmente os cartões a Bolsonaro.

Cid explicou que o objetivo era obter os cartões falsos para “uma necessidade qualquer”. Entre as justificativas apresentadas estava a exigência do certificado para viagens internacionais, quando a vacinação era necessária para a entrada em outros países, mas sem que, de fato, tivessem se vacinado. Após ser derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, Bolsonaro viajou para os Estados Unidos, onde passou três meses.

Posteriormente, o coronel do Exército, Marcelo Câmara, ex-assessor de Bolsonaro, tomou conhecimento da situação, rasgou os certificados e orientou Cid a desfazer os registros, o que foi feito.

Joias

Em outro trecho de sua delação à Polícia Federal (PF),

Mauro Cid informou que Bolsonaro recebeu US\$ 86 mil em dinheiro vivo (cerca de R\$ 500 mil na cotação atual) pela venda de presentes recebidos de autoridades estrangeiras. O pagamento ocorreu de forma parcelada entre 2022 e 2023, e os itens negociados incluíam joias e relógios de luxo que faziam parte do acervo presidencial.

Cid detalhou que os presentes recebidos por Bolsonaro durante suas viagens oficiais eram primeiramente encaminhados à Ajudância de Ordens e, depois, ao Gabinete Adjunto de Documentação Histórica (GADH), órgão responsável pela destinação dos itens. O GADH decidia se os objetos seriam incorporados ao acervo público ou considerados como parte do acervo pessoal do ex-presidente. No caso das joias e relógios, o GADH determinou que esses itens seriam de propriedade privada de Bolsonaro.

Entre os itens vendidos estava um “kit de joias de ouro

branco”, presenteado pela Arábia Saudita em 2019. A venda gerou US\$ 18 mil (R\$ 102 mil), quantia que foi entregue diretamente a Bolsonaro “de forma a evitar que circulasse no sistema bancário”. O restante do valor, US\$ 68 mil (R\$ 388 mil), foi obtido com a venda de dois relógios de luxo, um da marca Rolex e outro Patek Philippe. Cid revelou que esses relógios foram negociados com uma loja na Filadélfia, nos Estados Unidos, e que o pagamento foi feito de forma fracionada, por meio de seu pai, o general Mauro César Lourena Cid.

As negociações ocorreram, inclusive, durante compromissos oficiais. Um exemplo disso foi quando Bolsonaro participou da abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2022, em Nova Iorque, ocasião em que Lourena Cid entregou US\$ 30 mil (R\$ 171 mil).

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Lula Marques/Agência Brasil

Paulo Gonet, autor da denúncia contra Bolsonaro

Denúncia e eleições: o jogo duplo da direita

A direita vai manter o discurso de que a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Jair Bolsonaro é uma narrativa fantasiosa, sem provas, uma perseguição política. Mas sabe que vai ser complicado ficar amarrada ao ex-presidente, que tem grandes possibilidades de ser condenado e preso. Não quer desperdiçar o desgaste do governo Lula, o que amplia as

chances de candidatos de oposição para a disputa presidencial de 2026.

A ordem é demonstrar solidariedade ao ex-presidente e insistir no tema da anistia — até para não criar desgastes com ele e com seus eleitores. Mas, ao mesmo tempo, vai tratar de acelerar a construção de alternativas. O nome mais óbvio é o do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Teste de rua

Marcados para o dia 16, os atos por anistia e contra Lula passaram a ser encarados como um teste, principalmente em relação à popularidade de Bolsonaro. Um baixo comparecimento de público indicaria que os ventos são mesmo desfavoráveis ao ex-presidente.

Cálculo

Há também a certeza de que o Carnaval será palco de muitas manifestações contra Bolsonaro e de que a denúncia deverá ser aceita antes do dia 16. A conta é simples: a ação da PGR ataca os radicais, mas tende a afastar os moderados, que são decisivos numa eleição majoritária.



Lula Marques/Agência Brasil

Espelho meu: Motta ajudará a definir presidências

PL acerta o passo na disputa por comissões na Câmara

Dono da maior bancada na Câmara, o PL aceitará ficar com a presidência da Comissão de Constituição e Justiça caso o presidente da Casa, Hugo Motta (Repub-PB), diga que ela está prometida ao MDB. Neste caso, o partido optaria pela de Fiscalização e Controle — que pode convocar ministros do governo a qualquer mo-

mento — e a de Relações Exteriores, que iria para Eduardo Bolsonaro (SP).

O partido de Bolsonaro tem direito a indicar seis presidentes, além da prioridade de escolher as duas primeiras comissões que comandará. A federação liderada pelo PT tem o direito à terceira escolha, e também quer a de Fiscalização.

Valdemar

Os petistas também estão de olho na de Educação, em 2024 comandada por Nikolas Ferreira (MG). Se ficar sem ela, o PL vai insistir em ficar com a de Saúde. O presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, quer muito comandar o grupo, alega ser pedido de prefeitos.

Briga no RJ

Parte da bancada fluminense quer que o PL reivindique a Comissão de Minas e Energia — o estado é o maior produtor de petróleo do país. Entre os líderes na Câmara, cinco são do Rio, inclusive os do PT, Psol e do partido de Bolsonaro. O problema é que eles brigam muito.

Aposta

O deputado Tarcísio Motta (Psol), candidato derrotado na disputa pela prefeitura do Rio, não afasta a possibilidade de o prefeito Eduardo Paes (PSD) ter jogado pra perder ao propor a criação da Força Municipal de Segurança, uma versão armada da Guarda Municipal.

Justificativa

Para ele, a proposta encaminhada à Câmara do Rio tem tantos artigos inconstitucionais — detalhados ontem pela coluna — que o prefeito deve ter optado para fazer um jogo para a plateia: caso seja derrotado, poderá alegar que tentou ajudar na segurança, mas foi impedido.

Comissões do Senado Federal elegem seus novos presidentes

Por Gabriela Gallo

Como já era previsto, nesta quarta-feira (19), 14 das 16 comissões permanentes do Senado Federal elegeram seus presidentes e vice-presidentes. Sem grandes surpresas, os nomes confirmados foram definidos por consenso entre as lideranças partidárias, respeitando o critério da proporcionalidade, ou seja, será considerado o tamanho de partidos e blocos. As comissões que ainda faltam definir seus comandos são a Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) e a Comissão da Defesa da Democracia (CDD).

Seguindo as previsões, o senador Otto Alencar (PSD-BA) presidirá a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no biênio 2025-2026. Ainda não foi definido o vice-presidente. A CCJ é a comissão mais importante da Casa, já que ela analisa todos os projetos da Casa e vota a constitucionalidade deles. Ao assumir, o senador já designou o senador Eduardo Braga (MDB-AM) para a relatoria do segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024). Braga foi o relator no Senado tanto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) quanto do primeiro PLP (68/2024) que regulamenta a medida.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ficará sob o comando do senador Renan



Jefferson Rudy/Agência Senado

Otto Alencar é o novo presidente da CCJ

Calheiros (MDB-AL) nos próximos dois anos. Ao tomar posse como presidente, ele destacou que priorizará a votação de matérias que promovem o controle dos gastos públicos. Dentre eles, controle dos subsídios concedidos pela União à iniciativa privada e análise de supersalários. “Esta comissão tem uma oportunidade de contribuir com aquilo que o governo muitas vezes não teve condições de encaminhar. Nunca se fez no Brasil uma racionalização do gasto público. Acho que hoje, mais do que nunca, precisamos fazê-la”, destacou Calheiros.

Após dois mandatos como vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) assumiu a presidência da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária. “Vamos mostrar para todos que, muito além de ser um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, o Brasil tem uma produção que segue em bases sustentáveis e que tem muito a colaborar com o compromisso de conter os avanços do clima”, defendeu o parlamentar.

A Comissão de Assuntos Sociais será presidida pelo se-

nador Marcelo Castro (MDB-PI); a de Relações Exteriores e Defesa Nacional por Nelsinho Trad (MS); a de Desenvolvimento Regional pela senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO); a de Ciência e Tecnologia pelo senador Flávio Arns (PSB-PR); e a de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor pelo senador Dr. Hiran (PP-RR).

Oposição

No próximo biênio, os parlamentares da oposição também passarão a comandar comissões. Anteriormente, a oposição não fez parte da chapa vencedora na gestão anterior de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — na época Pacheco disputou contra o senador Rogério Marinho (PL-RN), que foi derrotado.

Os senadores do PL, Flávio Bolsonaro (RJ) e Marcos Rogério (RO) assumirão, respectivamente, as comissões de Segurança Pública e de Infraestrutura. Inicialmente estava previsto que o PL também assumiria a Comissão de Esporte, porém, quem assumiu a posição foi a senadora e ex-medalhista olímpica Leila Barros (PDT-DF).

A ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, senadora Damare Alves (Republicanos-DF), assume o comando da Comissão de Direitos Humanos.